

DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL

Processo: -
Requerente: -
Representante: -
Telefone(s): -
E-mail: -

EGRÉGIO JUÍZO,

<PREENCHER NOME>, parte requerente qualificada nos autos, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, expõe e requer o que segue:

A decisão interlocutória proferida por esse Juízo deferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela parte requerente, determinando ao DISTRITO FEDERAL fornecimento de __, no prazo de __ dias (cf. **ID_**),

Embora regularmente intimado, o DISTRITO FEDERAL ainda não cumpriu a ordem judicial no prazo fixado por esse Juízo.

Diante disso, tornou-se imperativa a apresentação deste requerimento de cumprimento coercitivo da decisão.

Pedido de sequestro de verbas públicas:

O cumprimento coercitivo da obrigação de fazer poderá ser feito mediante adoção de todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento da ordem judicial ou a obtenção do resultado equivalente, como dispõem as seguintes normas do CPC:

“Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

“Art. 297. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória”.

“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente”.

“Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente”.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, manifestado no Recurso Especial Repetitivo n. 1.069.810/RS (**Tema n. 84**), “tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação” (Primeira Seção do STJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 23/10/2013). No acórdão, o Ministro Relator asseverou: “é lícito ao julgador, diante das circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas. Mormente no caso em apreço, no qual a desídia do ente estatal frente ao comando judicial emitido pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida da parte demandante. Sendo certo, portanto, que o sequestro ou o bloqueio da verba necessária à aquisição dos medicamentos objeto da tutela deferida no Juízo Singular, mostra-se válida e legítima”.

Ante o exposto, pede-se o sequestro de verbas públicas (via SISBAJUD) e a subsequente expedição de alvará de levantamento ou realização de transferência bancária (como faculta o art. 79, §1º, do Provimento da Corregedoria, alterado pelo Provimento nº 41/2019), para viabilizar a realização do procedimento perseguido por meio desta causa, na rede privada, às expensas do réu, tendo como referência o orçamento de menor valor apresentado nos autos.

Informações sobre o tratamento de que a parte necessita:

De acordo com as informações constantes dos autos, a parte requerente necessita da(s) realização da seguinte(s) providência(s): **<ESCLARECER PROVIDÊNCIA>**.

Informações sobre os orçamentos:

Seguem anexos orçamentos com as seguintes características:

Empresa fornecedora: <ordenadas a partir do valor mais baixo>	Valor do orçamento:
	R\$
	R\$
	R\$

De acordo com o orçamento de menor valor presente nos autos, para subsidiar a providência vindicada, será necessário o dispêndio do valor de **R\$ <preencher VALOR>**.

Atenção:

Caso a parte ainda não tenha fornecido orçamentos atualizados, você deverá substituir o trecho acima pelo trecho abaixo e fornecer o padrão de documento com a especificação dos dados que os orçamentos precisam apresentar:

Registramos que a parte exequente foi instruída a providenciar três orçamentos da providência solicitada, proveniente de diferentes fornecedores, a fim de instrumentalizar eventual pedido de sequestro de verbas públicas.

Dos pedidos:

Com essas considerações, pede-se:

- a)** a intimação do DISTRITO FEDERAL e a intimação pessoal do(a) Sr(a). Secretário(a) de Saúde do DF, para a promoção do cumprimento da obrigação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de intimação do Ministério Público para apuração de eventual delito de desobediência à ordem judicial e de eventual ato de improbidade administrativa;
- b)** em caso de recalcitrância, a determinação do sequestro de verbas públicas, via SISBAJUD, na proporção suficiente para que haja o custeio, pelo DISTRITO FEDERAL, do tratamento de saúde devido à parte exequente, obtido junto à rede hospitalar privada.

Brasília/DF, _ de _ de 2023.

NOME DO REQUERENTE (OU REPRESENTANTE)

NOME DO(A) ATENDENTE
Estagiário/Colaborador/Servidor - DPDF

NOME DO(A) DEFENSOR(A) PÚBLICO(A)
Defensor(a) Público(a) do Distrito Federal

Atenção:

Caso haja a apresentação de orçamentos, deverá ser preenchido e assinado o termo de compromisso adequado à unidade jurisdicional de tramitação do processo:

**TERMO DE INFORMAÇÕES E COMPROMISSO - SEQUESTRO DE VERBAS
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E SAÚDE PÚBLICA**

Processo:

Nome do(a) declarante:

Endereço:

Telefone(s):

E-mail:

Nome da empresa fornecedora do orçamento de menor valor:

CNPJ da empresa fornecedora:

Endereço da empresa:

E-mail da Empresa:

Telefone da Empresa:

Nome/Número do Banco da empresa fornecedora:

Agência:

Conta-corrente:

Código PIX (se houver):

1. O(a) declarante presta as informações acima para a realização da transferência via pix/TED, conforme orçamento de menor valor apresentado.
2. O(a) declarante confirma a veracidade das informações prestadas, ciente das implicações legais (Falsidade Ideológica - art. 299, do Código Penal).
3. O(a) declarante se compromete a anexar aos autos a respectiva nota fiscal, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do fármaco/insumo ou da prestação do serviço, e independente de nova intimação.
4. O(a) declarante está ciente de que a falta da prestação de contas implicará o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público, para apuração dos delitos de desobediência (art. 330 do Código Penal) e/ou falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), bem como a obrigação de restituir ao erário os valores recebidos.
5. O(a) declarante se compromete a comunicar a este Juízo, imediatamente, a suspensão/alteração/desnecessidade do tratamento e, se o caso, entregar as cartelas/frascos/insumos não utilizados à Secretaria de Estado de Saúde.
6. O(a) declarante está ciente de que novo pedido de sequestro só será analisado mediante a prévia juntada aos autos de: (i) comprovante da negativa administrativa apresentada pela SES/DF; (ii) prescrição médica atualizada (expedida nos últimos dois meses) e (iii) 03 (três) orçamentos completos e atualizados.

Brasília/DF, Data: _____

Assinatura do(a) Declarante: _____

**TERMO DE INFORMAÇÕES E COMPROMISSO - SEQUESTRO DE VERBAS
2º, 3º e 4º JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA**

Processo:

Nome do(a) declarante:

Telefone(s):

Conta bancária para transferência de valores / expedição de alvará de levantamento:

Nome do(a) titular da conta bancária:

CPF do(a) titular (ou CNPJ, se a transferência for para a empresa):

Nome/Número do Banco:

Agência:

Conta-corrente:

Código PIX (se houver):

Telefone do(a) titular da conta bancária:

1. O(a) declarante presta as informações acima para a realização da transferência via pix/TED, conforme orçamento de menor valor apresentado.
2. O(a) declarante confirma a veracidade das informações prestadas, ciente das implicações legais (Falsidade Ideológica - art. 299, do Código Penal).
3. O(a) declarante se compromete a anexar aos autos a respectiva nota fiscal, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do fármaco/insumo ou da prestação do serviço, e independente de nova intimação.
4. O(a) declarante está ciente de que a falta da prestação de contas implicará o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público, para apuração dos delitos de desobediência (art. 330 do Código Penal) e/ou falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), bem como a obrigação de restituir ao erário os valores recebidos.
5. O(a) declarante se compromete a comunicar a este Juízo, imediatamente, a suspensão/alteração/desnecessidade do tratamento e, se o caso, entregar as cartelas/frascos/insumos não utilizados à Secretaria de Estado de Saúde.
6. O(a) declarante está ciente de que novo pedido de sequestro só será analisado mediante a prévia juntada aos autos de: (i) comprovante da negativa administrativa apresentada pela SES/DF; (ii) prescrição médica atualizada (expedida nos últimos dois meses) e (iii) 03 (três) orçamentos completos e atualizados.

Brasília/DF, Data: _____

Assinatura do(a) Declarante: _____

TERMO DE INFORMAÇÕES E COMPROMISSO - SEQUESTRO DE VERBAS
1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

(deve ser preenchido por representante da empresa fornecedora do orçamento de menor valor)

Processo:

Informações da parte autora:

Nome:

Telefone(s):

E-mail:

Informações da empresa fornecedora do orçamento de menor valor:

Nome:

CNPJ:

Telefone(s):

E-mail:

Endereço:

Nome e número do banco da empresa:

Agência:

Conta-corrente:

Código PIX (se houver):

Nome do representante / empresa:

CPF do representante / empresa:

1. A empresa fornecedora presta as informações acima para a realização da transferência via pix/TED, conforme orçamento de menor valor apresentado.
2. A empresa fornecedora confirma a veracidade das informações prestadas, ciente das implicações legais (Falsidade Ideológica - art. 299, do Código Penal).
3. A empresa fornecedora se compromete a apresentar à parte autora a respectiva nota fiscal, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do fármaco/insumo ou da prestação do serviço.
4. A parte autora está ciente de que a falta da prestação de contas implicará o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público, para apuração dos delitos de desobediência (art. 330 do Código Penal) e/ou falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), bem como a obrigação de restituir ao erário os valores recebidos.
5. A parte autora se compromete a comunicar a este Juízo, imediatamente, a suspensão/alteração/desnecessidade do tratamento e, se o caso, entregar as cartelas/frascos/insumos não utilizados à Secretaria de Estado de Saúde.
6. A parte autora está ciente de que novo pedido de sequestro só será analisado mediante a prévia juntada aos autos de: (i) comprovante da negativa administrativa apresentada pela SES/DF; (ii) prescrição médica atualizada (expedida nos últimos dois meses) e (iii) 03 (três) orçamentos completos e atualizados.

Brasília/DF, Data: _____

Assinatura do representante/empresa _____